

Índia e negra no Conselho de Educação

Grupos excluídos terão representantes pela primeira vez em 50 anos de existência do órgão

Alton de Freitas

Lisandra Paraguassú

BRASÍLIA. Em 50 anos de existência, o Conselho Nacional de Educação (CNE) empossou ontem, pela primeira vez, representantes das comunidades negra e indígena. Francisca Novantino Pinto de Ângelo, de 41 anos, e Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, de 59 anos, foram nomeadas para representar, respectivamente, índios e negros. Elas vão trabalhar ao lado de doutores, representantes de escolas públicas e privadas, professores e líderes de faculdades.

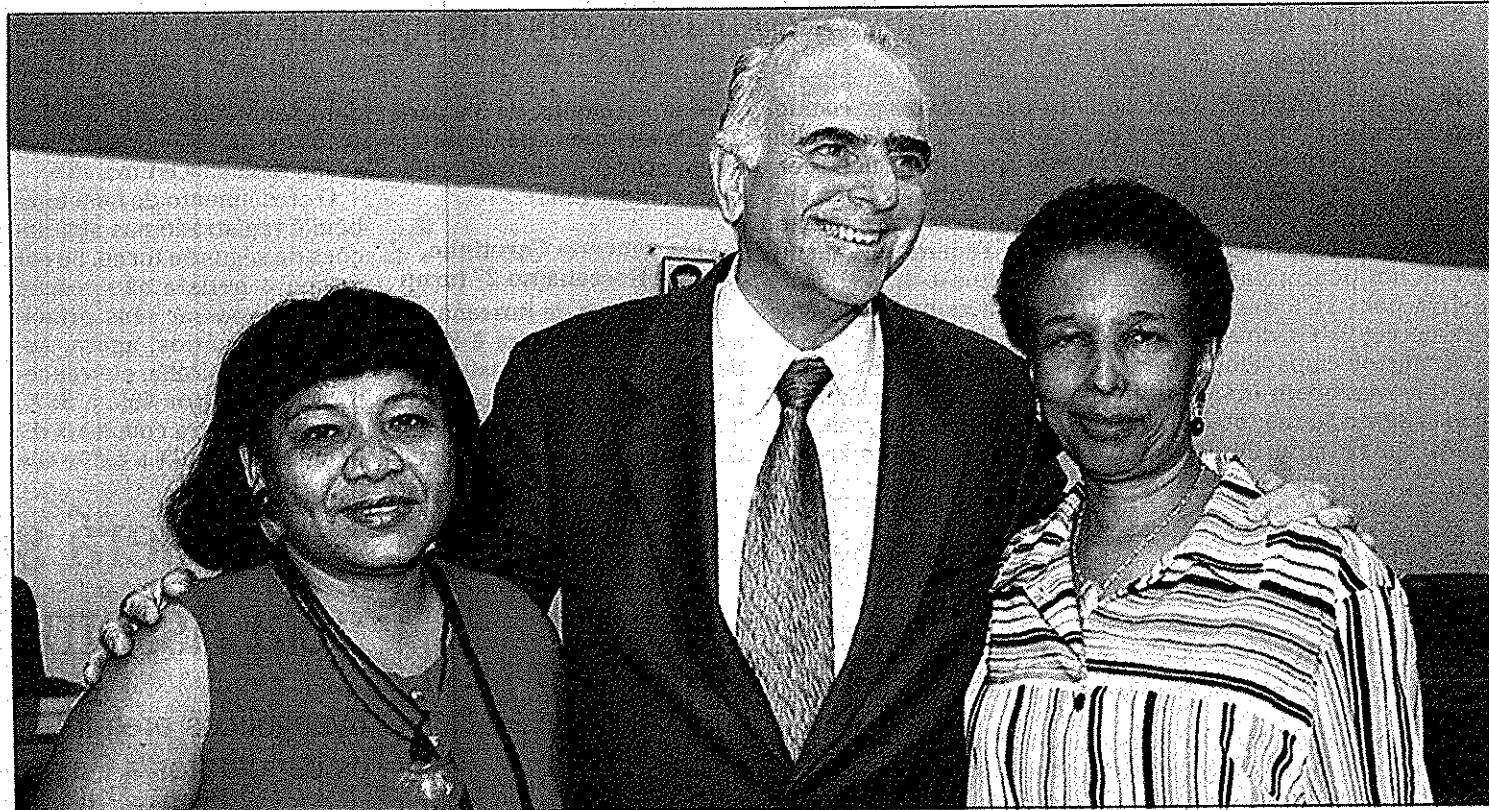
— Espero que a educação desses dois segmentos seja incentivada e que a educação promova uma integração racial maior — disse o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, durante a posse de dez novos conselheiros.

Francisca e Petronilha têm uma formação acadêmica muito além do usual em seus grupos sociais. Entre a população negra, por exemplo, o índice de jovens que chegam à universidade está em 2%.

Escolha era uma reivindicação antiga

A escolha das conselheiras era uma reivindicação antiga das comunidades, atendidas agora que o governo federal decidiu assumir um tom politicamente correto e reconhecer a discriminação e a diferença de oportunidades que existe no país. Entre as últimas medidas estão a adoção de cotas para negros no serviço público e a finalização dos parâmetros curriculares específicos para escolas indígenas.

Ontem foi eleito também o novo presidente do Conselho, José Carlos de Almeida, reitor da Universidade Católica da Bahia. ■



O MINISTRO PAULO Renato abraça as conselheiras Francisca e Petronilha: "Espero que a educação promova uma integração racial maior"

'A escola é excludente'

Francisca sonha com ensino sem exclusão

• Formada em história, com especialização em antropologia, Francisca Novantino é uma exceção entre os índios brasileiros, já que poucos chegam à universidade.

— É difícil para o índio estudar, principalmente ter acesso a um curso superior. A escola é excludente, impõe uma cultura que não é a do índio — disse ela, que nasceu em Cuiabá, numa família que teve as terras desapropriadas, e que cresceu sem falar a língua de sua tribo pareci.

No Conselho Nacional de Educação, a principal missão de Francisca será ajudar na elaboração das diretrizes da educação indígena. Mas ela não quer ficar apenas nisso. Sua intenção é trabalhar também para que o currículo das demais escolas não exclua os índios.

— É uma grande responsabilidade. Vamos trabalhar para fazer a transição dessa escola imposta para uma escola que seja realmente indígena — afirmou a conselheira.

'Espero poder ajudar'

Acesso à universidade é meta de Petronilha

• Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, de 59 anos, gaúcha de Porto Alegre, é doutora em ciências humanas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul com pós-doutorado em Teoria da Educação na Universidade da África do Sul, onde foi professora visitante. A nova conselheira fala francês e inglês com fluência e fez especialização em Paris pelo Instituto de Planejamento de Educação da Unesco. Hoje, é uma das coordenadoras de estudos afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos.

— Espero poder ajudar a melhorar o acesso da comunidade de afro-descendentes ao ensino superior — diz ela.

Na semana anterior à posse, Petronilha esteve nos EUA dando palestras sobre educação nas comunidades negras. Ela sabe que seu currículo e sua experiência não fazem o perfil da sua comunidade e é justamente esse quadro que pretende ajudar a mudar.